

INTERDISCIPLINARIDADE: A FILOSOFIA COMO INSTRUMENTO DE DIÁLOGO ENTRE AS CIÊNCIAS

Danilo Campestrini
Vilmar Vandresen
Luciana Paulino

Resumo

O objetivo do texto é pensar a noção de interdisciplinaridade como o possível diálogo entre as ciências conduzido pelo processo metodológico da Filosofia. O possível caráter interdisciplinar da Filosofia fica evidente quando se indaga o seu objeto de estudo. De outra forma pode-se afirmar que a interdisciplinaridade é a visão epistemológica mais adequada para se pensar a construção, seleção e transmissão do conhecimento.

Palavras Chave: Inter, Multi e Transdisciplinaridade; Diálogo; Ciência; Filosofia.

“O importante não é saber muitas coisas (a polimathéia), mas saber o necessário, isto é, que tudo é um” (Heráclito, 1973, p. 89)

1 INTRODUÇÃO

Saber que tudo é um, que todas as coisas estão relacionadas, que prestam deferência umas às outras, é próprio da sabedoria, é compreender não apenas a lei da unidade, mas entender tudo sob o aspecto da unidade e da reciprocidade de todas as coisas.

É sob este aspecto que trataremos as questões relativas ao tema da interdisciplinaridade por entender que, apesar do termo ser novo, não o é o conteúdo encerrado no seu conceito.

Muitas vezes o termo interdisciplinaridade é confundido com multidisciplinaridade ou pluridisciplinaridade e é necessário estabelecer limites e competências.

Nas pesquisas científicas existe um fenômeno comum que é o da utilização funcional de uma ciência por outra. Por ter um conhecimento melhor do objeto de estudo e das técnicas ou competências, como método e resultados, uma ciência se utiliza de outra auxiliar sem contudo chegar a um diálogo consistente ou a uma colaboração recíproca. Esta comunicação unidirecional entre as ciências, assume na lógica aristotélica, o nome de subalternação. É isto que muitos entendem quando falam de transdisciplinaridade ou multidisciplinaridade que ainda não pode ser entendida como interdisciplinaridade. Para que esta aconteça é necessário não só a utilização das competências de uma pela outra, mas acima de tudo o esforço da mútua integração na compreensão de um problema ou de uma realidade complexa. Além disso, a interdisciplinaridade deve e/ou pode acontecer entre ciências de competências diferentes. É no sucesso deste diálogo que se pode chegar a constructos transdisciplinares que produzam métodos de pesquisa, conceitos e modelos utilizáveis por diversas ciências no âmbito de seu campo específico e de uma teoria epistemológica.

A realidade educativa precisa, para ser entendida adequadamente da contribuição e das investigações de diversas ciências, cada uma com ângulo ou ponto de vista próprio e utilizando métodos e linguagens também próprias.

A programação didático-pedagógico correta, a construção da programação curricular, é o resultado da concorrência das diversas ciências da educação que permitem o diálogo interdisciplinar e a colaboração transdisciplinar entre as mesmas.

Verdadeiro diálogo interdisciplinar só é possível, portanto, quando:

1) há aceitação leal entre os participantes;

2) num plano concreto, isto é, entre teorias de disciplinas pertencentes, a ciências diferentes e;

3) quando uma ciência consegue dominar adequadamente a linguagem científica da outra. Quando as categorias de uma ciência puderem ser aceitas e usadas sem reservas por outra, estaremos próximos da efetiva colaboração das ciências e da inter e transdisciplinaridade. Para as ciências da educação a dificuldade reside na construção de sínteses pedagógicas unitárias para a solução dos problemas educativos numa metodologia de pesquisa comum com forte fundamento epistemológico. Essa dificuldade pode ter como causa, entre outras, a teimosia e a insistência dos pedagogos em apelar ao figurativo, à novidade, à opinião às palavras de ordem, etc e que não resistem - do ponto de vista lógico e epistemológico - à próxima tese, dissertação ou artigo escrito por algum membro de determinada "escola de pensamento", às vezes, por exemplo, chamada de histórico-crítica crítico-social.

O interdisciplinar é epistemológico, está presente e é mais compatível com o extra-curricular, aí na resolução de problemas práticos como o planejamento, que exige soluções de ordens diversas. Os currículos escolares devem se adaptar naturalmente a esta visão epistemológica da interdisciplinaridade, mas é nos Institutos de Pesquisas ou nos problemas do dia a dia de um povo que as soluções interdisciplinares podem ser buscadas e viabilizadas.

Hoje, o interdisciplinar carrega ainda alta dose ideológica como modismo educacional de uma época. Precisamos desmistificar e é preciso, portanto, respeitar, em muitos casos, o unidisciplinar para não descaracterizar o conteúdo que é próprio de uma ciência. Precisamos também ser atenciosos para não incorrer no saudosismo de um saber totalizante. Este talvez seja o problema principal. A confusão de conceitos se presta a inúmeras interpretações em que o conteúdo específico de uma disciplina ou ciência, é sacrificado à leviana (light) cultura do interdisciplinar sem base epistemológica consistente.

A falácia que propõe uma interdisciplinaridade sem o domínio do próprio objeto pode ocorrer justamente por falta de um juízo mais criterioso, um pensar mais habilidoso, mais lógico. Pensar em interdisciplinaridade implica distinguir a docência da pesquisa, o uni e multidisciplinar do inter e transdisciplinar e acima de tudo respeitar a especificidade das ciências e garantir um currículo e uma estrutura adequada. Esta é a análise a que nos propomos como forma de mostrar o caminho da interdisciplinaridade pela Filosofia - Epistemologia, como critério do diálogo das ciências. *"A Interdisciplinaridade consiste em criar um objeto novo que não pertença a ninguém"* (Barthes, 1988)

Enfatizar a importância do diálogo no fazer pedagógico e o caráter dialógico da filosofia nos sugere também a necessidade de uma reflexão sobre a sua configuração interdisciplinar entendendo a interdisciplinaridade como *"princípio mediador de comunicação entre as diferentes disciplinas, como elemento teórico-metodológico da diferença e da criatividade"* (Etges, 1993, p. 18).

Não pretendemos nos estender na análise do conceito de interdisciplinaridade, mas indicar alguns aspectos conceituais e caracteriológicos da filosofia, que sugerem ou fazem transparecer a sua configuração interdisciplinar.

Por necessidades de caráter lógico-procedimental faremos algumas considerações introdutórias acerca de algumas formas de interdisciplinaridade.

Segundo Ethes (1993), a Interdisciplinaridade pressupõe uma comunalidade qualquer, um princípio de unidade que proporcione condições de possibilidade do trânsito de uma disciplina (ciência, dizemos nós) para outra, pois, numa perspectiva da construção do conhecimento científico e das relações entre os diversos ramos do saber, cada teoria é independente na forma com que se relaciona ao senso comum, com o qual rompe no sentido de superação. Portanto, não há unidade inicial ou final entre as ciências - sejam naturais ou humanas - porque possuem objeto, método e pressupostos diferentes. A unidade funciona como termo médio na cultura ou obra científica

como um todo, enquanto intermediador entre o sujeito e o objeto, ou seja, o homem e o mundo, locus do processo de produção do conhecimento, por meio de múltiplas relações que se entrelaçam.

A mais tradicional forma de interdisciplinaridade é denominada pelo autor já citado de generalizadora ou universalizante. Nesta se supõe a consecução de um saber absoluto, geral, que conseguisse abarcar todos os saberes menores e permitisse a passagem de uma especialidade para outra e dando acesso ao conhecimento do mundo em sua totalidade. Uma forte expressão dessa concepção pode ser encontrada em Descartes (1983, p. 15) que propõe os princípios da educação matemática como capazes de universalização.

“As longas cadeias formadas por motivos racionais, de muito simples e fácil compreensão, habitualmente utilizadas pelo geômetra, para chegar às mais difíceis demonstrações, me levaram a imaginar que todas as coisas que possam ser do conhecimento do homem se encontram na mesma relação, e que, atendendo-se apenas em não considerar verdadeira uma coisa que não o seja, e mantendo-se a ordem que é necessária para dizer uma coisa da outra, não pode haver nenhum conhecimento que, por mais distante que esteja, não possa ser alcançado, nem conhecimento que, por oculto que esteja, não possa ser descoberto”

Essa concepção foi difundida pelas filosofias do sujeito, segundo as quais, a vontade é capaz de se constituir como definidora do mundo e fundamenta-se em uma disciplina ou ciência tendo seu método como modelo para todo o conhecimento científico. Assim, funcionaram como modelo: na Idade Média, a teologia; nos séculos XVI e XVII, a filosofia; no século XVIII e XIX, a física e no século XX, a biologia. No aspecto sociológico sobressaem as teorias críticas como as correntes marxistas apressadas onde o modelo é a ciência unitária e global da história; o leninismo, baseado no partido; o gramscianismo, fundado no interesse e no consenso de uma maioria.

Nesta concepção a suposição de que só é possível ultrapassar a especialidade e torná-la interdisciplinar utilizando o mesmo método da ciência modelar, fica imediatamente subentendida, desconsiderando a diferença de método e objeto entre as ciências humanas e sociais e as naturais e exatas.

Outra forma de interdisciplinaridade foi denominada instrumental. Ela se insere numa concepção de ciência que se convencionou denominar razão instrumental, a partir da qual o mundo é entendido como uma multiplicidade caótica em que a razão subjetiva impõe formas ordenadas, segundo meios e fins; de acordo com procedimentos adequados.

A racionalidade fica reduzida à relação de meios e fins, com privilégio para a questão do meio, se é ou não adequado ao fim colocado subjetivamente. A ciência é considerada como mero instrumento a serviço de problemas e todo esforço intelectual se reduz basicamente a servir de meio para qualquer fim de caráter utilitário-pragmático imediato. Se esse interesse prático for a degradação ambiental, o massacre de pessoas indefesas, a sobrevivência da humanidade ou quaisquer interesses de grupos, a isso o cientista não é capaz de responder, em função de seus métodos que são desprovidos de preocupações teleológicas ou finalísticas.

Como consequência, essa concepção, paradoxalmente, apresenta a racionalidade em grau elevado e produz fantasias da irracionalidade como o nazismo, o fascismo, a Lei de Segurança Nacional etc., e ao assumir essa postura reducionista da ciência, o sujeito torna-se insensível, por desprezar o caráter inter-relacional da produção do conhecimento e a ética objetiva.

Essa forma de interdisciplinaridade se configura como as atividades de fábrica, quando se toma os resultados de diferentes especialidades de ciências afins e os incorporam em um campo específico. Trata-se de simples incorporação, já que não são questionados os pressupostos teóricos e metodológicos dos diversos campos e do campo específico. Para Etges (1993, p. 13) “*o que era conhecimento numa ciência, serve apenas de meio para um fim no*

outro, isto é, uma ação puramente instrumental, ou menos ainda, uma execução meramente tecnicista, mas não interdisciplinar”

Ao adotar esse modelo, o currículo escolar alarga, apenas aparentemente, as estruturas fechadas de cada disciplina, quando põe professores e alunos a trabalharem em função de um produto final qualquer. O que os alunos aprendem é a aplicação de regras de uma cadeia de ações, mas não aprendem a pensar e não pensam efetivamente no processo, pois trata-se de pura execução de ações pré-programadas direta ou indiretamente.

A Interdisciplinaridade administrativa ou externa se configura como uma atividade técnica e transdisciplinar, que transita pelas disciplinas, sem questioná-las em seus pressupostos teórico-metodológicos, e aproveitando-se daqueles conteúdos que convém a seus fins particulares.

O modelo visa superar o processo de ensaio e erro, para minimizar os custos e otimizar os processos de aprendizagem pelas exigências dos patamares cada vez mais elevados da vida social sem pretensão à verdade ou a produção do conhecimento, mas às regras tecnológicas que prescrevem a ação tanto quanto possível fundamentada em leis científicas, que permitam a avaliação, o aperfeiçoamento ou a substituição.

Na perspectiva da construção do conhecimento essas formas de interdisciplinaridade citadas falham, pelos seguintes motivos:

1) dificultaram ou mesmo não realizaram o diálogo entre as ciências retardando o seu desenvolvimento;

2) não exploram e não revelaram os pressupostos, os limites e as possibilidades de cada ciência;

3) não se preocuparam em desenvolver a capacidade e a habilidade de pensar;

4) não contribuíram para que o cientista fosse capaz de compreender sua ação. Ele continua preso e enredado no meio de categorias do senso comum e do irracionalismo.

Barthes (1988), nos lembra que o interdisciplinar, de que tanto se fala, não está em confrontar disciplinas já constituídas das quais, na realidade, nenhuma consente em abandonar seu conteúdo ou campo de atuação. Para se fazer interdisciplinaridade, não basta tomar um assunto (um tema) e convocar em torno dele duas ou três ciências. Para Chauí (1994) “a *interdisciplinaridade consiste em criar um objeto novo que não pertença a ninguém*”

Portanto, a interdisciplinaridade, nesta visão, não pode ser elemento de redução a um denominador comum. Ela é o princípio da máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão de seus limites, mas, acima de tudo, é o princípio da diversidade e da criatividade. Não é a criação de uma nova teoria, mas a compreensão do que cada uma está fazendo, bem como a descoberta de estratégias de ação desconhecidas pelos estudantes de diferentes disciplinas ou ciências, tanto no interior de sua própria ciência, como em relação as outras e ao mundo exterior, o chamado extra-curricular.

Segundo Etges (1993), para a objetivação dessa nova concepção de interdisciplinaridade o cientista pode se valer de duas estratégias. A primeira é a atividade do “estranhamento” ou deslocamento. Consiste em colocar o sistema de proposições em um contexto que lhe é estranho para perceber a coerência ou não de suas assertivas. Pela variação de contextos, pode-se descobrir estruturas do sistema de proposições antes inteiramente despercebidas. Começa, então, a construção de novas questões, jamais pensadas e que agora passam a sacudir os pressupostos do modelo, da teoria e de seu campo de atuação. O rei está nu.

A segunda estratégia é a compreensiva ou esclarecedora, em que uma ciência ou teoria é explicada pelos métodos de uma outra ciência ou teoria. Um modo de procedimento de uma ciência ou disciplina se torna objeto de outra. Não é uma questão de misturar métodos, mas de questionar por que são empregados certos métodos e não outros. É verificar as suas possibilidades e seus limites sem tirar as certezas e a tranqüilidade do cientista. Antes é torná-lo livre

para que ponha em suspenso o seu modo de pensar e de atuar e que retorne também livremente para seu campo de atuação. Aprendendo a sair de seu modo de pensar e de sua metodologia consagrada, ele abandona a rigidez e a fixação em mundos, que julgaria absolutos e pode perceber, por sua ação, que são construções de mundos e que nada impede que também ele possa construir outros mundos, pois nenhum deles abarca toda a potencialidade do mundo ambiente.

A partir destas considerações, podemos depreender algumas exigências para a efetivação da interdisciplinaridade enquanto princípio mediador e de comunicação entre as ciências ou disciplinas no processo de construção do conhecimento como:

1) Conhecimento dos princípios e da natureza do conhecimento humano. A filosofia sempre considerou que a razão humana funciona obedecendo princípios e regras subjacentes, mesmo que o sujeito do conhecimento não tome consciência disso. Os princípios racionais e as regras de lógica, garantem que a realidade pode ser conhecida e que existem procedimentos corretos para investigá-la e pensá-la. Aliás, é o aspecto lógico ou a logicidade da ciência, que proporciona seus procedimentos e sua efetivação. O conhecimento humano, por natureza, é processual, como uma espiral ascendente e evolutiva.

2) Fundamentação teórica e metodológica, “a *interdisciplinaridade é, em primeiro lugar, uma ação de transposição do saber posto na exterioridade para as estruturas internas do indivíduo, constituindo o conhecimento*” (Etges, 1995, p. 73).

3) Superação dos processos impeditivos à abertura de espírito, isto é, abrir mão das próprias certezas e crenças. Platão e Aristóteles nos alertam para a necessidade de superação dos preconceitos e opiniões que só nos permitem conhecer a aparência e não a essência das coisas. Sócrates lembra que a condição para o conhecimento é o reconhecimento da própria ignorância, isto é, dos próprios limites e capacidades. “Conhece-te a ti mesmo” dizia ele. Descartes (1983) fala dos riscos da prevenção e da precipitação. A prevenção

corresponde à facilidade com que nos deixamos levar pelas opiniões e idéias alheias, sem nos preocuparmos em investigar sua veracidade. Normalmente, essas opiniões se cristalizam em nós sob a forma de preconceitos, que escravizam nosso pensamento, impedindo-nos de pensar e investigar.

A precipitação corresponde à facilidade e a rapidez com que passamos a ajuizar as coisas sem antes investigar se nossas idéias são verdadeiras. Bacon desenvolveu a teoria dos ídolos ou imagens que nos levam ao preconceito e nos impedem de tentar descobrir as coisas com maior segurança. Os ídolos ou imagens da caverna são as opiniões que se formam em nós em decorrência de erros e defeitos dos nossos sentidos. Os ídolos ou imagens do fórum são as opiniões cristalizadas pela linguagem e pelas nossas relações com os outros. Os ídolos ou imagens do teatro correspondem hoje à massificação ideológica. Os ídolos, ou imagens da tribo, são opiniões que se formam em nós em decorrência de nossa própria natureza. Precisam ser vencidos não só para se chegar ao conhecimento verdadeiro como para melhorar a vida humana, o que implica na questão ética.

Moser (1995, p.2), suspeita do dogmatismo e nos ensina que: *“O primeiro e mais radical dogmatismo reside no travestimento das idéias pela defesa do grupo e pelo afastamento dos diferentes. Os que possuem outros referenciais, outras idéias são um apelo ao uso da imaginação, à viagem além do conforto cotidiano: exigem reflexão”*.

4) Promover intensamente a capacidade de pensar abstrata e conceitualmente mediante atividades realmente intelectuais, o que implica ultrapassar o nível das representações sensíveis e o comportamento de simples execução de tarefas instrumentais;

5) Liberdade de pensamento e expressão, pois, segundo HEGEL, o pensar, o conceito, a ciência procedem do princípio da liberdade e instauram o reino da liberdade;

6) Abandonar a teimosia de uma didática que insiste em começar pelo mundo do vivido, do imediato, do meramente

figurativo e analógico e aí permanecer. A inteligência, o conceito, a ciência, a filosofia rompem com o mundo vivido e elevam-se a outros patamares como o da abstração, das leis gerais, dos princípios, das teorias;

7) Capacidade e disposição ao diálogo e à investigação para descobrir as relações existentes nas coisas e no conhecimento. *“Investigar dentro da concepção de totalidade concreta, significa buscar, explicitar, de um objeto de pesquisa delimitado, as múltiplas determinações e mediações históricas que os constituem”* (Frigoto, 1995, p. 28).

7) Compreender que a conquista do conhecimento requer motivação e disciplinamento pessoal para a investigação.

8) Abandonar o relativismo e o subjetivismo como norma e fim.

“A busca da objetividade, que significa a explicitação das múltiplas determinações que produzem e explicam os fatos histórico-sociais, ao afirmar o caráter relativo de todo conhecimento, não apenas nega a tese do relativismo absoluto ou do agnosticismo como afirma a especificidade do método científico nas ciências sociais” (Bianchetti, 1995)

2 ASPECTOS CONFIGURATIVOS DO CARÁTER INTERDISCIPLINAR DA FILOSOFIA

A concepção de interdisciplinaridade como princípio mediador de comunicação entre as diferentes disciplinas ou ciências, como elemento teórico metodológico da diferença e da criatividade e como princípio da máxima exploração das potencialidades de cada ciência ou disciplina se constitui como referencial das considerações acerca desse caráter que pode ser verificado no seio da filosofia.

Ao aceitarmos a idéia de que a educação é processual e que o conhecimento “construído” é mais significativo do que aquele que é simplesmente “absorvido”, somos remetidos a uma outra questão

também importante, qual seja, a de que é imprescindível que professores e alunos se envolvam responsabilmente nesse processo, investigando, pesquisando, procurando esclarecer tanto aspectos demonstravelmente problemáticos do assunto em estudo como aqueles pretensamente estabelecidos. Para isso, são necessárias determinadas habilidades cognitivas, como as de raciocínio, de formação de conceitos, de investigação, de tradução, etc. Essas e outras habilidades cognitivas são fundamentais, seja qual for o objeto em estudo, seja qual for a disciplina que o perscruta, que o estuda.

Nesse sentido, a filosofia parece ser muito importante em qualquer currículo e parece responder à exigência de mediador, pois (Lipman, 1990, p. 165)

“(...) a filosofia oferece a familiarização com o processo de raciocínio, a sua escrupulosa abordagem da análise conceitual e seu próprio comprometimento na investigação cognitiva autocorretiva. Além disso, a filosofia insiste no desenvolvimento de uma posição crítica, no exame do problemático e do estabelecido e na racionalidade do argumento, e diálogo”.

Essa configuração relacional da filosofia com o conhecimento e com as diferentes formas de conhecimento pode ser percebida em outros aspectos como a definição etimológica, características da Filosofia, princípios e critérios do conhecimento verdadeiro.

É atribuída a Pitágoras (Séc. V a. C.) a invenção da palavra FILOSOFIA, composta por duas outras expressões gregas PHILO e SOPHIA. PHILO é derivado de PHILIA que significa amizade, amor fraterno, respeito entre os semelhantes. SOPHIA significa sabedoria e faz derivar a palavra SOPHOS, isto é, sábio.

A filosofia é, uma forma de saber que ama, que busca, que investiga a realidade e o conhecimento existente sobre ela, numa atitude de diálogo e respeito. Ela pergunta insistentemente procurando explicações coerentes e enquanto não encontrar, continua a exigí-las. Quando encontra as explicações a filosofia não compete com as outras formas de conhecimento, apenas exige que elas se

façam perguntas sobre aquilo que consideram “pré - suposto”. Isto porque muitas questões, como por exemplo, o que é homem? O que é a justiça? O belo? A felicidade? Ou qual a finalidade do existir? Do conhecimento? São perguntas feitas por muitas ciências humanas, mas que não encontram respostas adequadas no seu campo de atuação necessitando o aporte filosófico.

Aristóteles (1984) afirmava “*que o filósofo possui as noções mais exatas sobre todas as causas das coisas e pode dar perfeita conta delas em seu ensino, e (por isso) é mais sábio que todos os demais em qualquer outra ciência*”

Essa vinculação entre conhecimento, filosofia e educação é mostrada também por Lipman (1990) quando se refere à filosofia como “*exame autocorretivo de maneiras alternativas de fazer, dizer e agir*”, e por Padovani & Castagnola (1990, p. 53-4), para quem a filosofia é uma ciência necessária para entender a história, as ciências positivas, a arte, a religião, a política, a moral, o direito, a realidade toda e, em especial, o problema da vida, que pede uma explicação racional.

A filosofia, portanto, desde o seu início se apresentou como “análise” das condições e das formas de conhecimento, e deste em relação ao homem.

A filosofia é, fundamentalmente, a atitude e a reflexão sobre a realidade. Como atitude a sua principal característica é o perguntar sobre as coisas. Platão e Aristóteles consideravam que a atitude de filosofar inicia na admiração, na perplexidade, isto é, quando o homem toma distância das coisas e , de repente, começa a olhá-las diferente da forma que até então costumava ver.

Perguntar o que é? Como é? Ou por que? A respeito das coisas equivale a indagar sobre a essência, a origem, a significação ou estrutura das coisas e da realidade e é a condição para que as coisas se revelem e sejam compreendidas. Significa também perguntar pelas causas das coisas, isto é, a filosofia vai à raiz, para encontrar os princípios e por isso é “radical”.

Para compreender essa dimensão da filosofia, é possível fazer uma analogia com a árvore. O que lhe dá sustentação são as suas raízes, que a fixam ao solo e dele retirando os nutrientes necessários, a mantêm viva e capaz de produzir frutos. Assim a filosofia desempenha a tarefa fundamental, de manter vivo o processo do conhecimento humano e estruturá-lo. A filosofia é o conhecimento adquirido através do raciocínio correto, dos efeitos ou fenômenos, a partir de suas causas ou origens; ou reciprocamente, o conhecimento adquirido das origens possíveis a partir dos efeitos conhecidos. (Abgnano, 1990, p. 424).

Como reflexão, a filosofia manifesta sua dimensão autocorretiva ao interrogar-se sobre suas proposições, seus métodos e sua finalidade, isto é, ao voltar-se para si mesma, e ao ser humano, perguntando sobre a capacidade humana para conhecer e sobre a finalidade do conhecimento e das ações humanas.

Entretanto, as reflexões realizadas pela filosofia não são ocasionais, mas sistemáticas e isso, segundo Chauí (1994, p. 15) significa que a filosofia trabalha com enunciados precisos e rigorosos, que busca o encadeamento lógico entre os enunciados, que opera com conceitos ou idéias obtidos por procedimentos de demonstração e prova, exige a fundamentação racional do que é dito e pensado. Significa que a filosofia é um trabalho intelectual que não se contenta em conseguir respostas, mas exige que as próprias perguntas sejam válidas. Exige que as respostas estejam relacionadas entre si e que se esclareçam reciprocamente, que formem conjuntos coerentes de significações e idéias e que sejam provadas e demonstradas racionalmente.

Essa característica de rigor metodológico investigativo da filosofia, está intimamente relacionado a uma outra comumente chamada de criticidade, isto é, ao responder às questões que formula, não busca subterfúgios, apresenta argumentos, razões. Ao criticar os preconceitos e as opiniões individuais e coletivas, ao criticar teorias e práticas científicas, políticas, artísticas, pedagógicas, etc., a filosofia se apóia em critérios, adota postura de auto-correção e sensibilidade

ao contexto, para considerar limitações, contingências, coações, situações irregulares ou excepcionais, a possibilidade de evidências atípicas, o predomínio do todo sobre a parte e a intransferibilidade de certas significações para contextos diversos que, segundo Lipman (1990), são exigências ou requisitos do pensamento crítico.

Enquanto forma de conhecimento, a filosofia, como outras formas de saber, procura oferecer uma compreensão geral sobre a realidade. Entretanto, a compreensão que a filosofia oferece tem uma característica especial, que a distingue das ciências particulares e das outras formas de saber, qual seja, a totalidade. Não que a filosofia seja um supersaber capaz de abrigar em si, todos os outros saberes, pois isso não é possível pelas próprias características de cada um, mas,

“é verdade que ela continua mantendo algo que as outras disciplinas científicas não têm, a saber, um certo nexos com saber pré-teórico e com a totalidade do mundo da vida que não pode ser objetivada. A partir daí, o pensamento filosófico pode voltar-se para a ciência tomada como um todo e realizar uma auto-reflexão das ciências, a qual ultrapassa as fronteiras da metodologia e da teoria da ciência, pondo a descoberto o sentido subjacente na formação científica das teorias, opondo-se à fundamentação última, metafísica, do saber em geral” (Habermas, 1990,p. 58).

A característica de totalidade da filosofia se revela porque suas reflexões consideram as relações existentes entre as coisas, e se dirigem a todas as coisas, visando unicamente o conhecimento. É um trabalho intelectual de grande importância para o esclarecimento, para libertar o homem dos preconceitos, dos estereótipos e das ideologias que dificultam a compreensão e mesmo a ação do homem pelo seu caráter fragmentário e reducionista.

Como nos ensina Adorno (1995, p. 62),

“Onde falta a reflexão do próprio objeto, onde falta o discernimento intelectual da ciência, instala-se em seu lugar

a frase ideológica e, nesta aliança entre a ausência pura e simples da reflexão intelectual e o estereótipo da visão do mundo oficialista delinea-se uma conformação dotada de afinidades totalitárias. A colcha de retalhos formada de declamação ideológica e de fatos que foram apropriados, isto é, na maior parte das vezes, decorados, revela que foi rompido o nexo entre o objeto e reflexão”.

Se a interdisciplinaridade se dá nesse processo de mediação e comunicação entre saberes, então a filosofia tem função importante como critério do diálogo entre eles e atua como

“(…) uma promoção iluminadora dos processos de auto-entendimento de um mundo da vida referido à totalidade, o qual precisa ser preservado da alteração resultante das intervenções objetivadoras, moralizantes e estetizantes das culturas de especialistas” (Habermas, 1990, p. 27).

Se aceitarmos como válida a idéia de que o conhecimento humano é processual, então também pode ser coerente a afirmação de que ele seja relacional, isto é, produto e construção dos homens em relação com o mundo, com os outros homens, e do homem consigo mesmo, uma relação entre sujeito e objeto. Ao referir-se ao homem enquanto sujeito do conhecimento e sujeito de relações a filosofia revela sua virtude de mediadora entre os saberes, e segundo Rorty (1994, p.19)

“A filosofia pode ser fundamental com respeito ao resto da cultura porque a cultura é a reunião das asserções de conhecimento e a filosofia adjudica tais asserções. Ela pode fazer isso porque compreende a fundamentação do conhecimento e encontra esses fundamentos num estudo sobre o homem enquanto conhecedor de ‘processos mentais’ ou ‘atividade de representação’, os quais tornam o conhecimento possível”

A produção do conhecimento se dá por meio de um complexo de relações entre os mais diversos condicionantes, biológicos, sociológicos, históricos, que, entrelaçados, possibilitam ao homem compreender a realidade e a si mesmo.

Do mesmo modo que existem múltiplos fatores interferindo no processo de construção, diferentes níveis de conhecimento podem ser conseguidos e, diferentes conseqüências advém.

A filosofia e a ciência, a partir dos filósofos gregos, são consideradas como integrantes do nível de conhecimento intelectual capaz de abstrações e generalizações, o que pressupõe a existência de princípios e critérios que possibilitem a efetivação desses processos. É no seio da filosofia grega, que esses princípios e critérios são discutidos e formulados continuando válidos para a atividade racional ao longo do tempo.

Os princípios de identidade, não-contradição, casualidade, e contradição são exigências do processo de pensamento, de conhecimento e, conseqüentemente da atividade educacional.

Aristóteles (Metafísica , I) diz: *“que a filosofia seja a ciência de certas causas e de certos princípios, é evidente”*, e considera ainda que a possibilidade de ensinar é indício de saber e que por isso, é mais ciência a arte do que a experiência, porque os homens da arte podem ensinar e, os outros não. Julgava que as sensações não constituem as ciências porque não dizem o “por que” das coisas, apenas “que” as coisa são. Quem primeiro encontrou uma arte qualquer fora das sensações comuns, pode ser considerado mais sábio, já que o seu conhecimento não se subordina ao útil.

“(...) a que ensina é a ciência que investiga as causas, porque só os que dizem as causas de cada coisa é que ensinam. (...) Com efeito, quem procura o conhecer pelo conhecer escolherá, de preferência a ciência que é mais ciência, e esta é a do sumamente conhecível; e sumamente conhecível são os princípios e as causas: é pois por eles e a partir deles que conhecemos as outras coisas” (Metafísica I, in col. Pensadores, 1984, p. 12).

A ciência tem pretensões como a verdade de suas conclusões, procedimentos e métodos especiais para o conhecimento de fatos, relação entre teoria e prática, possibilidade de correções, verificações e demonstrações de saberes. Entretanto, estas questões são dadas como pressupostas, isto é, como questões já respondidas, mas esse trabalho é realização da filosofia, pois, “a ciência nunca existiria se a filosofia não a tivesse precedido e antecipado” (Heidegger, 1979, p. 15).

A relação necessária entre filosofia e ciência fica também demonstrada na história da filosofia, que confere ao trabalho filosófico sistemático, fundamentação, justificação e a conexão das ciências particulares, juntamente com a tarefa de enfrentar a necessidade inesgotável da reflexão última sobre o ser, sobre o fundamento, sobre o valor, sobre a finalidade e sobre sua relação na intuição do mundo, quaisquer que sejam a forma e a direção em que tal tarefa é realizada (Abagnano, 1990, p. 425).

Outra função interdisciplinar própria da filosofia, assinalada pelo positivismo, é a de reunir e coordenar os resultados das ciências particulares, pois, além destas, deve haver um estudo das generalidades científicas, que determine o espírito de cada uma delas, para procurar descobrir as relações e o encadeamento entre as ciências e, se possível, resumir todos os princípios próprios delas no menor número possível de princípios comuns.

Como se pode ver, o caráter interdisciplinar da filosofia tem sido enfatizado por diferentes estudiosos em diferentes épocas, seja pelo seu método, sua função ou por suas características. Não menos enfático, parece ser também Rorty (1995, p. 384-5) quando afirma que,

“abandonar a noção do filósofo como conhecendo algo sobre o conhecer que ninguém mais conhece de modo pleno seria abandonar a noção de que sua voz sempre tem pretensão dominante à atenção dos outros participantes da conversação. Seria também abandonar a noção de que existe algo chamado “método filosófico” ou “técnica

filosófica”, ou “ponto de vista filosófico” que capacita o filósofo profissional, ex officio, a ter visões interessantes sobre, digamos, a respeitabilidade da psicanálise, a legitimidade de certas leis dúbias, a resolução de dilemas morais, a “saudade” das escolas de historiografia ou a crítica literária e assim por diante”.

O autor considera ainda, que os “palpites” úteis que os filósofos podem proporcionar sobre vários tópicos, são possíveis, pela familiaridade que o filósofo tem com o plano de fundo histórico das argumentações respectivas e, mais importante, pelo fato de que as argumentações são pontuadas de “clichês filosóficos”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas ciências a fértil pluralidade de temas conduz, muitas vezes, a posições antagônicas e dogmatizantes que não condizem com o espírito verdadeiramente científico que é de abertura interdisciplinar e de honesta crítica epistemológica.

Assim, valorizadas e resituadas de forma responsável e crítica as posições científicas, pode-se andar no caminho das ações que conduzam à construção do pensamento da sociedade contemporânea onde a democracia não seja baseada no pensar igual, mas antes na aceitação da diferença do outro, na tolerância às posições defendidas e no aprofundamento do trabalho investigativo.

Refletir sobre a interdisciplinaridade no momento presente é aprofundar temas complexos de globalização ou interplanetarização da cultura e a fragmentação do conhecimento.

Neste contexto a reflexão filosófica é o momento principal do restabelecimento da unidade, na diversidade do conhecimento, pelos critérios de valor e não apenas nos enunciados puramente empíricos das ciências.

Buscar a finalidade transcendental da existência; integrando o ser humano ao ambiente e à sua história é, antes de tudo, buscar os princípios ou pressupostos ônticos, gnoseológicos e éticos do processo do conhecimento.

O diálogo das ciências, nesta empreitada, não é apenas útil, é necessário. A conciliação do ser humano com a natureza é a mudança de paradigma tanto sonhada, capaz de gerar uma teoria de interdisciplinaridade que pode dar respostas à compreensão do todo. A necessidade de compreender a totalidade é buscada no componente ético da cooperação ou solidariedade científica, que tenta unir experiências particulares fragmentadas.

Podemos, portanto, afirmar que a interdisciplinaridade é uma das formas de transcender as dificuldades das ciências se comunicarem entre si e superar a perspectiva mecanicista da ciência.

A filosofia, como busca contínua da verdade e a “familiarização com o processo do raciocínio e no desenvolvimento de uma posição crítica, pode ser considerada a disciplina fundamental, o elo de ligação, a força unitiva no processo de construção do conhecimento.

Considerando que, como dissemos anteriormente, a característica de totalidade da filosofia se revela porque suas reflexões consideram as relações existentes entre as coisas e se dirigem a todas as coisas visando o conhecimento humano, e considerando válida a idéia de que sua aquisição e produção é processual, podemos concluir, sem exageros, que a filosofia e as ciências possibilitam, de fato, ao homem compreender a realidade e a si mesmo.

Se nossas especializações científicas nos levam a saber sempre mais de cada vez menos, a sabedoria só pode ser conseguida na perspectiva multi e transdisciplinar.

O pensamento que se baseia nos princípios do conhecimento da totalidade e examina fenômenos multidimensionais, realidades conflituosas e solidárias, deve respeitar a diferença e reconhecer a unicidade. Isto só é possível pela reflexão filosófica que sempre é

inter e transdisciplinar. Neste sentido, talvez se possa autorizar uma resposta à pergunta clássica do tecnocrata ou do senso comum: “para que filosofia?”, sugerindo que pergunte: “como proceder coerentemente no processo de construção do conhecimento, como conhecer profunda e relacionalmente as coisas sem filosofia?”

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo : Editora Mestre Jou, 1990.

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. (Trad.) Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995.

ARISTÓTELES. *Metafísica I e II*. (Trad.) Vincenzo Cocco. São Paulo : Abril Cultural, 1984.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo : Brasiliense, 1988.

BIANCHETTI, Lucidio e JANTSCH, Ari P. (org.). *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis : Vozes, 1995.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo : Ática, 1994.

DESCARTES, René. *Discurso do método II*. In: HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. São Paulo : Abril Cultural, 1983.

ETGES, Norberto J. *Produção do conhecimento e interdisciplinaridade*. Brasília : Rumos, 1993.

HABERMAS, Jürgen. *O pensamento pós-metafísico*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1990.

HEIDEGGER, Martin. *Conferências e escritos filosóficos*. (Trad.) Ernildo Stein. São Paulo : Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).

HERÁCLITO, frag. 41. *Os pensadores*. São Paulo : Victor Civita, 1973. P. 89.

LIPMAN, Matthew. *A filosofia vai à escola*. (Trad.) Maria Alice de B. Prestes e Lucia M. S. Kremer. São Paulo : Summus, 1990.

MOSER, Alvino. *A filosofia da educação para além dos dogmatismos*. Curitiba, 1995.

PADOVANI, Humberto , CASTAGNOLA, Luís. *História da filosofia*. São Paulo : Melhoramentos, 1990.

RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. (Trad.) Antônio Trânsito. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1994.

Abstract

The purpose of this text is to reflect on the notion of interdisciplinarity as the possible dialogue between sciences, carried out by the methodological process of philosophy. The possible interdisciplinary character of philosophy becomes evident when its object of study is questioned. On the other hand, it can be claimed that interdisciplinarity is the most suitable epistemological view for considering the construction, selection and transmission of knowledge.

Keywords: Inter and Multi-disciplinarity; Dialogue; Science; Philosophy

Danilo Campestrini

Diretor da Biblioteca Central da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Mestre em Educação, Biólogo e Filósofo. Professor de Filosofia.

Fone: 047- 344-14-88 e 9985-59-01

Vilmar Vandresen

Orientador Pedagógico do Centro de Educação Superior de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Mestre em Educação, Filósofo e Advogado. Professor de Filosofia, Ética e Direito Civil.

Fone: 047-346-54-29 e 9987-36-13

Luciana Paulino

Pedagoga – Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
